



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência

397 Aylh

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 0233005-0/01

Agravantes: José Dias Simões e outro

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APLICABILIDADE DE DECISÃO DE MÉRITO DO STF EM QUESTÃO DE REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO AGRAVADA REVERENTE À NORMA ESCRITA NO § 3º DO ART. 543-B DO CPC. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Consoante a inteligência da norma escrita no § 3º do art. 543-B do Código de Processo Civil, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do mérito do recurso selecionado paradigma implica denegação de seguimento a recurso extraordinário, versando idêntica controvérsia, impugnatório de acórdão do Tribunal de origem lavrado em sintonia com a orientação firmada pela Corte Maior no tema.

2. Do julgamento pelo Pleno do STF do RE nº 563965/RN, resultou a compreensão de que inexistente direito adquirido a forma de cálculo da remuneração de servidor, desde que respeitado o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos (Tema 41).

3. Inexiste nas razões que animam o agravo doméstico argumento forte o suficiente para desconstituir a convicção da decisão agravada, de que a controvérsia emoldurada nos autos da causa se enquadra no tema de orientação firmada pela Corte Suprema quando do julgamento de mérito do recurso extraordinário selecionado paradigma.

4. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0233005-0/01, julgado em 19 de maio de 2014 e em que figuram, como agravantes, José Dias Simões e outro, e, como agravado, Estado de Pernambuco, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unânimes, em **negar provimento** ao agravo, consoante relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 19 de maio de 2014

Des. Jones Figueirêdo Alves
2º Vice-Presidente em exercício e relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência

393 ASH

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 0233005-0/01

Agravantes: José Dias Simões e outro

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

RELATÓRIO

Agravo Regimental interposto contra decisão da 2ª Vice-Presidência deste TJPE da qual, em face do disposto no § 3º do art. 543-B do Código de Processo Civil, resultou a prejudicialidade do recurso interposto pelas partes aqui agravantes.

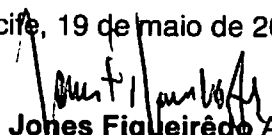
No caso concreto, o recurso teve seu trânsito obstado mercê do entendimento de que a matéria controvertida nele emoldurada diz respeito à inexistência de direito adquirido a forma de cálculo de parcelas incorporadas à remuneração de servidor, desde que preservado o *quantum* remuneratório, tal como foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento de mérito do recurso paradigma do Tema 41 (RE nº 563965/RN).

Em síntese, nas razões de sua insurgência as partes agravantes argumentam que *“O que ocorreu com a edição da Lei 12.634/2004 foi uma redução dos salários dos Agravantes, o qual (sic) deixou de perceber uma gratificação amparada por Lei. Ao deixar de cumprir uma Lei que está em pleno vigor (à medida que deixou de pagar a gratificação policial aos Agravantes) o Estado Agravado, além de agir ilegalmente, retira parte dos vencimentos dos Agravantes causando uma supressão nos orçamentos dos Agravantes, prejudicando, inclusive, os familiares”* (fl. 374).

Não tendo exercido o juízo de retratação, apresento este agravo em mesa na primeira sessão deste órgão julgador competente que me está sendo possível, após a recepção dos autos correspondentes em meu Gabinete (RITJPE, art. 254, § 1º).

É o relatório.

Recife, 19 de maio de 2014


Des. Jones Figueirêdo Alves
2º Vice-Presidente em exercício e relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência

393 hsh

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 0233005-0/01

Agravantes: José Dias Simões e outro

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

VOTO

Cuido que inexistem, nas razões que subsidiam a insurgência recursal, qualquer argumento forte o suficiente para ensejar a pretendida reforma da decisão agravada.

É que, em boa verdade, a matéria que informa a controvérsia emoldurada nos autos da causa está, toda ela, em rigorosa conformidade com a questão constitucional suscitada no RE nº 563965/RN. De cujo julgamento pelo Pleno do STF resultou a compreensão de que inexistem direito adquirido a forma de cálculo da remuneração de servidor, desde que preservado o *quantum* remuneratório, isto é, respeitado o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

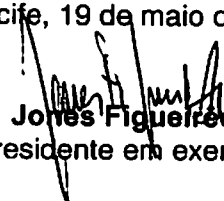
Confirmando, pela transcrição da ementa do acórdão conferido ao citado recurso paradigma:

"DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. MODIFICAÇÃO DE FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA IRREDUTIBILIDADE DA REMUNERAÇÃO: AUSÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR N. 203/2001 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: CONSTITUCIONALIDADE. 1. O Supremo Tribunal Federal pacificou a sua jurisprudência sobre a constitucionalidade do instituto da estabilidade financeira e sobre a ausência de direito adquirido a regime jurídico. 2. Nesta linha, a Lei Complementar n. 203/2001, do Estado do Rio Grande do Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, conseqüentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento" (STF – Pleno, RE 563965/RN, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 01.07.2009).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

É como voto.

Recife, 19 de maio de 2014


Des. Jones Figueirêdo Alves
2º Vice-Presidente em exercício e relator